

SLIM, H. e FAUQUÉ, N. *La Tunisie Antique: de Hannibal à Saint Augustin*. Paris: Éditions Mengès, 2001, cap. 6, pp. 99-115.

[Texto traduzido livremente por Regina H. Rezende]

Cap. 6: O período romano: quadro histórico

A conquista e organização do país

O ano de 146 a.C constitui um marco na história antiga da Tunísia: ele marca a queda e a destruição de Cartago, que, nos séculos anteriores, havia tido um papel de destaque na vida política, econômica e cultural do mundo mediterrâneo.

Em 146, o território púnico foi anexado por Roma. Desse momento em diante reduzida à sua mais simples expressão, ela não abrangia mais do que 25.000 quilômetros quadrados. As muitas conquistas de Massinissa, poderoso aliado de Roma, levaram a sua superfície a ser o correspondente a quase um sexto da superfície atual da Tunísia. Cipião Emiliano, o algoz de Cartago, fez escavar uma fossa, a *fossa regia*, para marcar os limites dessa *provincia Africa* cobiçada pelos reis berberes, conquistada pelos romanos também para se prevenirem contra o perigo emergente desses vizinhos turbulentos e se assegurarem de possuir um bastião estratégico para a dominação do Mediterrâneo.

Desde a morte de Massinissa, em 148 a.C., os romanos tiveram a sorte de ver sua herança dividida entre três de seus filhos. Dividindo para reinar, eles afastam por um tempo a ameaça núbida.

Desde a sua anexação, o território cartaginês foi declarado *ager publicus populi romani*, domínio público do Estado romano: este, proprietário de todas as terras, sejam elas púnicas ou berberes, consentiu muitas vezes em deixar os antigos proprietários – indivíduos, cidades ou coletividades indígenas – trabalharem sua terra precariamente como um arrendamento, o *stipendium*, que se juntava a um imposto pessoal exigido de todos os autóctones, a *capitatio*. As sete cidades que Cartago deixou de sustentar a partir da terceira guerra púnica, tendo se aliado à Roma, escaparam desse confisco de bens e guardaram a sua autonomia e suas terras. Plínio indica que certos *populi liberi* conservaram ainda as suas instituições e seu território.

A fim de permitir o recebimento dos tributos e a distribuição das terras aos colonos da península itálica que chegaram a se instalar no local, o território foi

cadastrado e dividido em lotes de uma centúria quadrada, tendo 710 metros de lado, sendo no total 50 hectares. Essa centurição, que marca a apropriação do terreno pelo conquistador, deixa no solo marcas tão fortes que após 20 séculos de ocupações diversas ela ainda é visível. A coleta dos impostos era confiada legalmente às sociedades de homens de negócios, cuja maioria pertencia à classe dos cavaleiros. A província era governada por um proconsul, alto magistrado membro da nobreza e do Senado romano, que tinha como uma de suas tarefas auxiliar outros magistrados, assim como os legados encarregados de diversas missões e um questor, que administrava as finanças.

Politicamente, o Estado romano prosseguia com seus esforços em manter as separações entre os númidas, e após a morte de Micipsa, ele intervém novamente na divisão do reino.

Ele não pode, entretanto, impedir um neto de Massinissa, Jugurtha, de procurar refazer a unidade dos territórios africanos, o que envolve os Romanos em uma guerra longa e custosa (112-105). A derrota de Jugurtha, apesar da luta acirrada, permite a Roma reestabelecer sua predominância sobre a África. Com o rei númida eliminado, Marius distribuiu as terras aos veteranos da IIIª legião romana. Estabelecidos sobretudo no vale de Mejerda, essas terras foram escolhidas não só por seu valor estratégico – elas davam acesso ao Maghreb central – como também por sua fertilidade. De lá poderiam partir novas conquistas. Todo esse período, aos olhos dos historiadores, parece ter sido marcado pela falta de uma política africana por parte de Roma. A célebre fórmula de Theodor Mommsen, grande historiador alemão, dá conta dessa situação perfeitamente: “Ocupa-se o território menos para desenvolver seu próprio interesse do que para impedir outro de fazê-lo, não para ali despertar para uma vida nova, mas para conservar o cadáver.” Por outro lado, o historiador francês Stéphane Gsell, destacando os méritos dos reis númidas por terem preparado a brilhante prosperidade que as províncias romanas conheceram mais tarde, escreveu: “No século II e até a metade do século I a.C., a Numídia fez mais progressos sob o domínio dos reis do que a província sob o governo da República romana”.

De fato, a província não ocupava o primeiro plano em meio às preocupações romanas, quando uma luta sangrenta opunha em todo o Império os republicanos que aderiram a Pompeu e os adeptos do poder pessoal que apoiavam Júlio César. O líder dos republicanos na África, Catão, consegue a adesão a sua causa do rei

berbere Juba I, que, ao que parece, esperava conquistar secretamente, a favor dos acontecimentos, o antigo território de Cartago. A intervenção de César em pessoa coloca um fim a esse sonho e reforça o domínio de Roma sobre o país. Após um desembarque e um início difícil, o ditador romano consegue derrotar as tropas republicanas e aquelas de Juba em 46 a.C., próximo a Thapso, no Sahel tunísio. Desde então, toda resistência séria cai por terra e Útica abre suas portas à ele, quando Catão se mata. De seu lado, Juba, perseguido até Zama, sua capital, se suicida e seu território foi anexado ao Império romano. Essa nova província recebe o nome de *Africa Nova*, para se distinguir da primeira, *Africa Vetus*. Ela foi formada pelo território que se encontrava entre a *fossa regia* e uma linha que passava à oeste de Bône e de Guelma.

César impõe multas pesadas às cidades que se comprometeram com seus adversários. Ele confiscou e vendeu como oferta pública os bens de Juba e aqueles dos cidadãos romanos instalados na sua capital, que haviam colaborado com seu sustento. Senadores, cavaleiros e especuladores aproveitaram para acumular vastos domínios. O balanço da intervenção de César se revela bastante vantajoso para o Estado romano: a anexação de uma nova província, contribuição considerável pelas multas de guerra, entregava sob a forma de tributos anuais quantidades consideráveis de trigo e azeite. Mas sobretudo, tendo tomado consciência do imenso potencial econômico e humano do país, César se engaja em uma orientação política que rompe com aquela seguida depois da queda de Cartago, regressiva e marcada pela retenção das propriedades por uma casta de homens de negócios gananciosa. Ele decide ressuscitar Cartago fundando ali uma colônia, consciente da importância estratégica considerável do qual era revestida uma cidade e um porto situados na articulação de duas bacias do Mediterrâneo. Ele não teve tempo de finalizar seu projeto, porque foi assassinado um pouco depois. Mas a fundação da *colonia Iulia Carthago* foi realizada segundo seus planos. Depois de sua morte a província passou por um período de incertezas e perturbações, reflexo das flutuações políticas que aconteciam em Roma e que a fizeram passar por conflitos e compromissos tanto nas mãos de Otávio quanto nas de Antônio ou nas de Lépido. Enfim, no ano 36 a.C. Otávio se afirma como senhor incontestável da situação nas duas províncias africanas e nos territórios concedidos por César ao chefe de guerra Sittius. Em 27 a.C. eles deram lugar à uma única província, a África proconsular. A atual Tunísia constituiu o corpo principal e central dessa província

formada também por uma parte do território argelino delimitado por uma linha que passava a oeste de Hippo Regius (Annaba) e de Calama (Guelma), e pela planície costeira de Jeffara na Tripolitania, que foi ligada à parte sudeste. A “Africa Proconsularis” reagrupou assim as regiões onde, graças à Cartago, as diversas influências da civilização mediterrânea tinham penetrado mais profundamente. Ela englobou as cidades mais numerosas e mais ativas, cujos habitantes praticavam há muito tempo técnicas comerciais, artesanais e agrícolas evoluídas. Essa parte oriental do Maghreb torna-se a única, entre as províncias romanas da África, a adotar oficialmente o nome de África: as outras, a leste e a oeste, foram chamadas respectivamente Numídia, Mauritânia Césariana e Mauritânia Tigitânia, e cobriam vastas extensões do território argelino e marroquino atuais. Roma foi expulsa dessa província somente cinco séculos depois, pelos Vândalos.

A nova província tinha como capital Cartago, levantada novamente de suas cinzas e reconstruída para ser o assento do governador provincial, um proconsul designado pelo Senado. Quando em 27 a.C. Augusto procede com o Senado a divisão das províncias do Império, ele confia a este último a gestão da África, conquistada depois de muito tempo, calma e tradicionalmente ligada por interesses econômicos e políticos à classe senatorial romana. Esta era, com a Ásia Menor Ocidental, a mais importante das províncias senatoriais. Um proconsul de alto grau a governava, escolhido entre os antigos consules e não entre os antigos pretores, como era o caso para outras províncias.

Ao mesmo tempo, Augusto, que praticava a política de romanização inaugurada por César, fixou novos colonos, principalmente veteranos, no interior da província. Terras foram-lhes concedidas e, em alguns lugares escolhidos, eles formavam até mesmo colônias, no sentido básico do termo, em outras palavras réplicas jurídicas de Roma, tendo como modelo a nova Cartago. Essas colônias foram implantadas particularmente em Maxula (Radès), Thurburbo Minus (Tebourba), Uthina (Oudhna) e sobretudo em Cabo Bon, em Clypea (Kelibia), Curubis (Korba), Carpis (Mraïssa) e talvez Neapolis (Nabeul). A escolha do Cabo Bon se deu ao acaso: depois de Agátocles, as riquezas agrícolas dessa região não pararam de atrair a cobiça dos conquistadores. Augusto, como César, tinha de fato uma visão global e dinâmica do Império e de sua evolução. Os dois homens tinham entendido qual o papel que a província africana podia desempenhar no seio do mundo romano, tanto a curto quanto a longo prazo. Seu programa apoiava-se em vários pontos:

instalar nas terras ricas veteranos ou colonos, que dessa maneira contrabalançavam a influência de seus inimigos políticos na província; assegurar relações fáceis e numerosas entre Roma e os ricos campos de trigo da África; administrar pontos de apoio à presença romana e reforçar a vigilância do local; favorecer os contatos étnicos com as populações autóctones e, sobretudo, reorganizar a vida municipal em bases romanas. Inicia-se uma nova era de progresso material e cultural que permite à província conhecer uma prosperidade e um florescimento excepcionais, e à sua civilização de atingir seu apogeu. Essa ascensão foi favorecida por um longo período de paz, que durou dois séculos e meio. Esse, todavia, não foi uniforme, visto que os distúrbios, dos quais conhecemos não mais que os episódios mais evidentes, rompem-no por suas diversas retomadas.

Os conflitos da paz

Esses conflitos estouram na maior parte do território, à medida que a conquista em direção ao sul progredia, ao qual se opunham os berberes. De fato, os romanos provocaram revoltas no seu esforço para aumentar a posse de propriedades de terra em detrimento dos tributos e para assegurar a defesa avançada das regiões, sem se dar conta das realidades locais profundas que justificavam as necessidades de ordem geográfica e climática.

Assim, a transformação das terras de percurso em terras agrícolas acarreta na asfixia dos nômades. Da mesma maneira, o ordenamento das rotas militares e estratégicas se traduz pela interrupção dos caminhos de migração. O equilíbrio interno de certas regiões, baseado na complementaridade entre os modos de vida sedentário, nômade e semi-nômade, encontra-se rompido. Isso resulta particularmente na revolta das tribos berberes chefiadas por Tacfarinas. Este, que havia servido nos corpos auxiliares do exército, retorna contra os romanos as lições aprendidas entre eles. Durante sete anos (17-24 d.C.), as tropas romanas foram liquidadas pelos ataques de um inimigo insaciável e que praticava a guerrilha com perfeição. Tacfarinas ameaça Tibério com uma guerra interminável se ele se recusasse a lhe ceder terras voluntariamente. O imperador recusa qualquer conversa e, segundo Tácito, “revela que jamais um insulto ao imperador e ao povo romano indignou mais Tibério como ver um desertor se levantar como uma potência inimiga”.

Os interesses que estavam em jogo eram muito importantes para que tal situação perdurasse. Os romanos intensificaram seu esforço militar, ao mesmo tempo em que promoviam intrigas nos grupos insurgentes. Dessa maneira eles acabaram dominando Tacfarinas. Este, surpreendido enquanto repousava com seus soldados, foi vencido e se suicida para escapar da prisão. Assim se encerra o episódio de maior importância de uma série de insurreições que a província sofreu durante o século I, mas que não foram suficientes para abalar a força romana, nem para comprometer seriamente a paz. Roma se mostrou incapaz de romper de maneira radical com a permanência berbere, mas teve sucesso em confiná-la em regiões marginais, afastada do “país útil”. Os alertas pouco a pouco se restringem aos confins da província e se tornam episódicos. Os nômades continuam mesmo assim atentos ao menor sinal de fraqueza do Império romano.

Para a defesa do território, Roma dispunha apenas de um frágil exército de ocupação: uma legião de cinco mil e quinhentos homens e um número ligeiramente superior de auxiliares à pé e principalmente a cavalo; por volta de treze mil homens no total. Podiam fazer parte da legião somente os cidadãos romanos, mas a cidadania era concedida aos voluntários que se alistavam. Os primeiros soldados da IIIª legião Augusta, a legião que estava aquartelada na África, eram originários das províncias ocidentais do Império, sobretudo da Gália. No final do século I, eles vinham também do Oriente grego e foram recrutados em parte na própria África. Esses efetivos africanos cresceram e, desde a época de Adriano, eles acabam por levar embora aqueles do Oriente. O recrutamento foi facilitado pelo alistamento massivo de filhos de legionários. No início, os corpos auxiliares provinham também de lugares situados fora da África, mas na metade do século II o recrutamento local se torna a regra tanto para os legionários, como também para os auxiliares, onde temos certos corpos que não comportam mais do que elementos exclusivamente africanos.

Um dispositivo de defesa protegia a fronteira sul, principalmente contra as incursões nômades: o *limes*. Esse sistema complexo era composto por três elementos principais: um *fossatum*, fossa demarcada por paredes, torres, fortes ou pequenas fortificações em pedra ou terra; elementos de defesa isolados, posicionados na frente ou atrás desse *fossatum*; e uma rede de rotas estratégica.

À medida em que se instalava essa linha de defesa, as terras eram colonizadas e distribuídas. Esse instrumento poderia ser definitivo ou suscetível de

evolução, de acordo com as zonas úteis que eles decidiam integrar aos limites da província. Porém a conquista romana era definida por seus limites. Ela os atravessava somente por motivos excepcionais, em particular quando o comércio transsariano estava em jogo, uma vez que ele fornecia ao mundo romano as riquezas tropicais.

A proclamação de Gordiano, imperador pelos insurgidos

“Dois perigos te ameaçam, um presente, o outro por vir, um já manifesto, o outro como uma possibilidade incerta. Precisas fazer a tua escolha entre desfrutar de tua segurança entre nós e ter fé em uma imensa esperança, naquilo em que nós todos acreditamos, morrer por nossas mãos no campo. Se escolhes aquilo que se apresenta, temos muitos motivos para nos alimentarmos de grandes esperanças, mas se te opões a nós no lugar de se juntar, é a morte que tu esperas hoje. E nós mesmos morreremos, se for necessário, depois de termos te matado. É um ato, com efeito, com graves conseqüências que nós cometeremos. O procurador do tirano está morto. Nós fizemos justiça equitativamente pelos seus crimes. Se te unes à nós e aceitas nosso risco comum, irás desfrutar das honras do império e nossa ação será glorificada e não punida.”

Herodiano, História, VII, 5, 5-6

Contudo, desde o final do século I d.C. e até o final do século III, a paz foi raramente perturbada no interior da província. Esta conhece um grande desenvolvimento sob o reinado dos Antoninos e atinge o seu apogeu na época dos Severos. A paz nas fronteiras e no interior, a ascensão urbana e também da vida municipal, o acesso maciço dos provinciais à cidadania romana, a atividade econômica e cultural, tudo isso contribuiu para a prosperidade do local e conferiu uma obra acabada para Roma. A África era então uma das províncias mais romanizadas do Ocidente romano. Ela era mais que o resto do Maghreb, como atestava o número de suas cidades, a densidade de sua malha viária, suas vastas planícies que aumentavam e favoreciam a agricultura sedentária, enfim, a falta de conflitos interiores graves e uma segurança maior que reinava na região. Um bando de seiscentos homens, destacado da III^a legião Augusta, desse momento em diante aquartelada na Numídia, era suficiente para garantir a manutenção da ordem sob o

comando dos proconsules de Cartago. No final do século I, a paz é estendida às regiões montanhosas do Oeste, onde, à exemplo de Mactar, as cidades eram numerosas e prósperas. As fronteiras saharianas se mostravam calmas, Roma tendo reprimido as tribos nômades para o sul e desenvolvido a agricultura sedentária e o povoamento nos confins meridionais, onde se multiplicavam, dentre outras, as relações comerciais com os oasis saharianos.

Essa grande obra possuía portanto seus limites. Certamente, opor sistematicamente as cidades aos campos e fazer das populações rurais as vítimas da concepção urbana do imperialismo romano seria uma medida muito radical. As cidades tinham de fato vivido em relação estreita e em perfeita simbiose com sua área rural, e a agricultura conheceu uma prosperidade segura. Portanto, a romanização se aproveitou principalmente da burguesia urbana, que detinha grande parte das riquezas; a ambição suprema era alcançar a cidadania romana e as promoções eram inúmeras. Mas as massas rurais tornaram-se em parte estrangeiras à romanização, falando dialetos berberes ou púnicos e adorando divindades líbias.

Por outro lado, desde o reinado dos Severos, o Estado havia endurecido consideravelmente sua autoridade sobre as províncias. O liberalismo foi sucedido pouco a pouco por uma administração intervencionista que regulamentava estritamente a condição dos bens e dos homens. As guerras haviam multiplicado as necessidades do tesouro imperial, e as províncias viram acentuar um pouco a pressão fiscal. Nas cidades, as honras municipais tornaram-se remessas custosas que buscava-se obter menos facilmente. Nos campos, a exploração da terra permanecia regida pela lei Manciana, que dava aos colonos a propriedade efetiva da terra, mas a prestação de serviços e os impostos ficavam cada vez mais pesados. Anteriormente, com Cômodo, os camponeses do “Saltus Burunitanus” lamentavam-se com o imperador da rigidez dos agentes do fisco, e os relatos de Apuleio deixam transparecer as dificuldades da sociedade rural.

Por outro lado, nas outras províncias romanas do Maghreb, onde a paz permaneceu bastante precária, os desentendimentos explodiam. Roma pode evitar os perigos, de maneira que a paz e a prosperidade gerais do Império não impunham mais do que esforços razoáveis aos seus exércitos e suas finanças. Mas com o século III surgiu uma crise que, em seguida à morte do imperador Severo Alexandre e por muitos anos, lança o Império em uma anarquia que o faz afundar. O perigo

persa no Oriente, as invasões germânicas no Ocidente, a crise econômica e a queda da moeda, as epidemias e o despovoamento, as disputas religiosas relacionadas ao progresso do cristianismo, a anarquia no exército e a quantidade de “pronunciamentos”, tudo isso conduz o Império à beira de uma catástrofe.

A África, muito menos atingida do que outras províncias, não foi por isso menos abalada, também ela, pela tormenta do século III. Esta se encontra a princípio misturada a desentendimentos civis e militares e participa desde 238 de competições sangrentas pela conquista do poder imperial.

A revolta de 238

Em Thysdrus (El Jem), os acontecimentos que ali se iniciam desenrolam-se durante a segunda quinzena de janeiro de 238 a.C. Seu estrondo foi considerável, tanto em escala da África quanto aquela que abrange o Império, uma vez que eles resultam na queda do imperador reinante, Maximiano, e a ascensão dos Gordianos ao poder.

Eles não se explodem na África por força do acaso. O dinamismo das elites sociais africanas lhes permitiu não somente alcançar as ordens equestre e senatorial em grande número e ocupar os mais altos cargos administrativos e políticos, mas também e sobretudo tomar o controle do poder supremo, com a dinastia dos Severos, durante perto de meio século. Essa notável ascensão da burguesia africana refletiu no enriquecimento considerável do província, cuja prosperidade econômica contrastava com a crise na qual uma boa parte do Império afundou. A produção agrícola africana formava até mesmo a base da colheita anual de cereais e tinha um papel capital na alimentação de Roma, principalmente com trigo e azeite.

Essa ascensão geral da província, como vimos, é acompanhada de um aumento de seus tributos: a colheita anual de trigo aumentou, assim como as taxas. Para encontrar os fundos e meios de subsistência necessários às guerras contra os povos germânicos, em particular, o imperador Maximiano devia se voltar para as regiões mais prósperas do Império. Rica e próxima da península itálica, a África podia, graças à frota criada e ao seu efeito, a *classis commodiana Africana*, fornecer mais rapidamente as quantidades exigidas. Por outro lado, Maximiano empreendeu importantes obras na malha viária para atender às necessidades. Numerosas plantações encontradas por todo o solo da Tunísia atestam a amplitude das obras de reforma que marcaram seu reinado.

As necessidades de sua política militar conduziram Maximiano a aumentar a pressão sobre os grandes proprietários e os ricos notáveis das cidades, considerados como responsáveis sobre seus bens da coleta de impostos. Mas o peso das taxas e das cobranças provocou a percepção dessa exigência e um número crescente de processos foram registrados contra os preceptores municipais. Os déficits que se seguem culminaram no confisco de bens. Esses processos arruinaram os notáveis das cidades. Outras medidas tornaram-se insuportáveis para todas as camadas da população. Maximiano se permitiu à exploração das cidades: ele ordenou que se derretessem os metais utilizados nos edifícios públicos e estátuas, entendida como uma afronta ao quadro urbano; o confisco de somas em dinheiro, contribuições e outras gratificações que os benfeitores municipais assumiam para a distribuição de comida e a organização dos jogos, festas e banquetes. Esses desfalques frustraram as populações citadinas, muito presas ao seu modo de vida tradicional.

Em Thysdrus (El Jem), as humilhações e censuras recaíam igualmente sobre os *juvenes*, formações paramilitares ou milícias locais de jovens. Mais do que os exercícios físicos, que tinham um lugar importante dentro das suas atividades, esses *juvenes* desempenhavam várias atividades de utilidade pública em suas cidades. Eles também eram muitas vezes requisitados para realizarem a manutenção das estradas e a eles eram confiadas responsabilidades importantes no serviço da colheita anual de trigo: eles centralizavam a prestação de serviços no território municipal e abasteciam o exército. A condenação dos *juvenes* de Thysdrus foi a origem direta da revolta de 238. Estimando que certamente essa condenação só poderia estar ligada à um acordo fiscal relacionado ao estatuto e o papel que os *juvenes* desempenhavam, pronunciamos duas hipóteses que procuram explicar a intervenção do cobrador dos impostos: seja uma falha que tenha sido produzida em uma emissão relativa ao serviço da colheita anual do trigo, seja nas obras de estradas, ordenadas pelas autoridades imperiais, elas não foram executadas.

O cobrador de impostos incita perseguições contra os jovens das famílias mais nobres e ricas de Thysdrus com a finalidade de extorquir dinheiro delas e “arrancar os bens dos seus pais e de seus ancestrais”, diz Herodiano, historiador sírio contemporâneo aos fatos e bem informado sobre as questões africanas. Esses jovens pedem um prazo de três dias para poderem reunir as somas exigidas. Mas nesse meio tempo, tendo recebido o apoio de muitas vítimas descontentes com as

injustiças ou que receavam terem também que passar por isso, decidem passar para a ação. Eles atacam o cobrador de impostos e o assassinam com golpes de punhal. Em seguida eles foram ao encontro do proconsul Gordiano, que estava naquela época em Thysdrus, que lhes obriga a aceitar o Império. Imediatamente toda a província da África se levanta, as estátuas de Maximiano foram derrubadas, suas imagens quebradas e substituídas pelas de Gordiano. Cartago confirma a escolha de Thysdrus, que Roma, por sua vez, ratifica. Constitui-se ao mesmo tempo um verdadeiro levante de escudos contra o regime e a evidente opressão fiscal que Maximiano impõe principalmente sobre os grandes proprietários, mas que atingia também seus clientes.

Certamente, o triunfo de Gordiano I e de seu filho não dura muito, mas a “revolução” de Thysdrus teve suas conseqüências na escala do Império, uma vez que ela abala o reinado de Maximiano e faz com que o jovem Gordiano III dirija durante muitos anos o destino do mundo romano.

No decorrer dos decênios que se seguem à crise de 238, algumas tentativas de usurpação se produzem, como aquela do proconsul Sabiniano, que tenta proclamar-se imperador em 240. Cada vez que disputas dessa ordem estouravam, a autoridade do Estado era um pouco mais enfraquecida e se seguiam represálias, levando o território à beira da anarquia. Aproveitando-se das dificuldades da administração romana, os berberes se levantam por muitas vezes. Suas rebeliões têm início em 253 e abrangem sobretudo a Numídia e a Mauritânia, mas elas também tiveram suas conseqüências em outras regiões da África do Norte. Foi necessário esperar o reinado de Galiano para que se reestabelecesse a calma. Aos acontecimentos de 238 seguiu-se a dissolução da III^a Legião Augusta, o que favoreceu a sobrevivência das disputas.

Contudo, a falta de coordenação das tribos berberes e de um objetivo preciso e coerente de suas ações as impediu de se aproveitarem dessa situação de maneira decisiva. Mas esses embates prefiguram as graves dificuldades que Roma iria encontrar posteriormente e que virão a constituir sérias ameaças à sua hegemonia.

As reformas e os conflitos

No final do século III e no início do século IV, imperadores enérgicos colocam em prática reformas administrativas e financeiras. Era uma questão de reforçar a autoridade do Estado nas províncias e de aumentar os recursos fiscais de maneira a fazer frente às ameaças exteriores que pesavam sobre o Império.

As reformas de Diocleciano conduziram a uma perturbação completa nas divisões administrativas existentes. A Tunísia, que formava até lá a África proconsular, foi dividida em três províncias autônomas, cada uma delas colocada sob a autoridade de um governador: ao norte, a Proconsular ou Zeugitânia, não abrangia mais do que a porção norte da Tunísia até o golfo de Hammamet e a zona nordeste da Argélia, indo do oeste de Bône até Tébessa; no centro, a Bizacena cobria toda a Tunísia central, desde o golfo de Hammamet até os arredores de Gabès; ao sul a Tripolitânia abrangia grande parte do atual território tunisiano, englobando uma região delimitada por uma linha que unia Gabès ao lago salgado Chott el Jerid e de lá se dirigia para a fronteira. Essas três províncias faziam parte da diocese da África, que abrangia além da Numídia e as duas Maurîtânias, a Sitifiena e a Cesariense. O restante da Argélia ocidental e o Marrocos escaparam da autoridade direta de Roma, com exceção da pequena província da Maurîtânia Tingitana, administrativamente ligada à Espanha.

A diocese da África era dirigida por um vigário residente, ao que parece, em Cartago, que era auxiliado por quatrocentos funcionários. Cada província tinha seu próprio governador, cuja competência estava limitada estritamente às questões civis. O mais importante entre esses governadores era o proconsul, que pertencia à nobreza senatorial. Esse personagem da classe alta residia em Cartago e era ajudado por dois delegados, um dos quais era sediado em Cartago e o outro em Hippone (Bône). O proconsul e os dois delegados chefiavam uma administração com quatrocentos funcionários. Eles tinham como missão controlar a gestão das cidades, instruir os processos e promover a justiça em nome do imperador. O proconsul pronunciava os julgamentos em primeira instância e em recursos, desde que se tratassem de julgamentos iniciados por seus predecessores. Os processos julgados pelos governadores de outras províncias da África eram submetidos a recursos pelo vigário. O governador da Bizacena tinha como sede Hadrumetum (Sousse) e o da Tripolitânia, Lepcis Magna.

Um dos objetivos principais da reforma era separar os poderes civil e militar para manter o exército afastado dos governadores e evitar assim as tentações de usurpação do poder supremo. As tropas voltaram-se então a confiar seu comando a um conde, de posição imediatamente inferior ao proconsul. Sua autoridade se estendia por todo o Maghreb romano, com exceção da Tripolitânia, regida militarmente por um *dux* de ordem equestre. O próprio exército encontrava-se profundamente modificado: ele se transformou em um exército móvel, composto por unidades de cavalaria e de infantaria legionária de mil ou quinhentos homens, prontos a intervir rapidamente onde os conflitos eclodissem. A defesa das fronteiras era, por outro lado, confiada a soldados-camponeses aos quais eram concedidos lotes de terra isentos de impostos e hereditários, de maneira a os ligarem organicamente à defesa do *limes*.

Essas disposições não impediram que surgissem disputas episódicas ao longo de todo o século IV e no início do século V, provocando perturbações mais ou menos graves no interior das províncias. A favor da crise que se segue à abdicação de Diocleciano e de Maximiano, o vigário da África, L. Domitius Alexander, não hesita em ser declarado imperador pelas suas tropas. Maxêncio, filho e sucessor de Maximiano, despacha contra ele seu prefeito do pretorado, que triunfa sem pena sobre o usurpador, mais deixa Cartago nas mãos da soldadesca furiosa. A África padeceu seriamente com pilhagens, incêndios e mortes que foram cometidas como forma de represália. Na Tripolitânia, as tribos nômades exercem uma forte pressão nas cidades litorâneas. Dispondo de camelos cuja criação se multiplicou desde os séculos II e III, eles procuram se aproximar dos platôs espalhados pela província. Lepcis Magna, ameaçada por essas tribos, pede ajuda ao conde da África, Romanus, mas este exigiu quatro mil camelos como contrapartida pela sua intervenção. Não obtendo-os, ele se abstém de intervir e a cidade, submersa pelos nômades, sofre com pilhagens e massacres (365-366).

Gildon tira proveito da divisão do Império romano para romper com Arcadius, imperador do Ocidente, e colocar a diocese sob a autoridade de Honorius, imperador do Oriente cujo afastamento fugiu ao seu controle. Em 396, revoltado, ele se abstém de fornecer a parte da colheita anual de trigo para Roma e a península itálica, deixando-os desse modo mortos de fome. Declarado inimigo público, ele foi abatido e morto em 398 por um exército comandado pelo seu irmão Mascezel, próximo à d'Ammaedara (Haïdra). Uma repressão severa atinge seus partidários,

seu enorme patrimônio foi confiscado e sua gestão foi confiada à um alto funcionário especial, *Comes Gildoniaci patrimonii*.

Um outro conde da África, Heraclianus (408-413), seguiu os passos de Gildon, rebelando-se e interrompendo ao fornecimento de parte da colheita anual de trigo. Chefiando uma importante frota de navios, ele navega em direção à Itália mais, derrotado, ele volta para Cartago, onde foi morto. Acusado de cumplicidade com o usurpador, o proconsul escolhido foi também condenado à morte e executado.

Sem diminuir a prosperidade básica do lugar, esses conflitos episódicos não afetam a sua estabilidade, e aos abusos fiscais e às injustiças sociais os somam-se os problemas religiosos em um momento onde o poder central esforça-se em conter as invasões que o ameaçam por todos os lados.

O triunfo do cristianismo

Paralelamente a todos esses acontecimentos, um fenômeno histórico de primeira grandeza estava se desenvolvendo, e tinha um valor considerável. O cristianismo de fato foi implantado em Roma e, apesar da proibição que atingiu essa nova religião, reconhecida como uma ameaça à coesão e à segurança do Império, o número de seus adeptos não parava de aumentar. Para o Estado romano, que necessitava da adesão de todos os súditos do Império em um momento onde este estava enfrentando graves ameaças exteriores, os cristãos eram dissidentes que rejeitavam os valores tradicionais, principalmente o politeísmo e o culto imperial.

Retrato de uma fêmea cristã

“Mostrem-se agora sob as maquiagens e as bijoutherias dos profetas e apóstolos, arrancando de sua simplicidade seu branco, de seu pudor seu vermelho, seus olhos pintados de comedimento e sua boca de silêncio, em suas orelhas as palavras de Deus, em seu pescoço o jugo de cristo. Curvem a cabeça sob a autoridade de seus maridos e vocês estarão bem vestidas; ocupem suas mãos com o trabalho com a lã, não saiam de suas moradas e agradarão mais do que enterramentos com ouro; vistam-se com a seda da honestidade, o linho da pureza, a púrpura da castidade. Com tais acessórios, vocês terão Deus como amante.”

Tertuliano, De Cultu feminarum, 13, 3-7

Na África, a nova religião tinha feito grande avanços a partir do final do século II d.C. Ainda que no Ocidente ela não tinha feito mais do que alguns adeptos, ela atingiu muitos de origem oriental. Na África os camponeses já haviam sido convertidos em massa e doze entre eles tornaram-se mártires devido às perseguições de Cômodo. Essas repressões não fizeram mais do que aumentar o número de fiéis e estimular o seu fervor.

Após meio século de descanso se sucederam as perseguições de Sétimo Severo. Os cristãos se aproveitaram dela para reforçar sua posição e sua organização e, desde 197, o célebre apologista africano Tertuliano, um dos primeiros padres da Igreja do Ocidente, não hesitou em afirmar: “Nascemos ontem e já enchemos a terra... de uma só província seremos os mais numerosos.”

De fato, desde o início do século III, novos fiéis vindos das classes nobre, da burguesia e até mesmo do exército vieram a engrossar os efetivos da Igreja, até esse momento compostas principalmente pelas camadas mais baixas, escravos e trabalhadores agrícolas. Os mártires, tais como santa Felicidade e santa Perpétua, uma jovem mulher saída da burguesia urbana, suscitaram a admiração de adeptos. Por volta da metade do século, a (África) Proconsular contava com uma centena de bispos, mais do que em toda a Gália. Cartago era o centro desse cristianismo vivo e dinâmico que se espalhava nas cidades e nos campos. Essa numerosa comunidade cristã já discutia questões teológicas e de liturgia.

Além de Tertuliano, um outro personagem ilustra o lugar de destaque que a África ocupava dentro do cristianismo ocidental emergente: são Cipriano. Nascido em Cartago por volta de 210, este se converteu quando tinha 35 anos e se dedicou ao estudo das Escrituras. Tornou-se bispo em Cartago em 249, ele luta contra o relaxamento do fervor e da disciplina no seio da Igreja e não hesita em entrar em conflito com o bispo de Roma, manifestando com força a personalidade e a autonomia da Igreja africana. No auge das perseguições das autoridades imperiais, ele se recusa a apostasiar e em 251, ele se entrega à tortura que o proconsul queria evitar para não ser difamado aos olhos dos cristãos. Cartago consagra três basílicas a ele.

Essas foram as perseguições de Diocleciano que atingem mais duramente, apesar de tudo, essa igreja em plena ascensão: interrogatórios, obrigação de oferecer sacrifícios ao culto imperial, confisco dos livros santos e de relíquias, capturas e condenações à morte (éditos de 303) se abatem sobre os cristãos. Os

progressos do maniqueísmo, religião paracristã influenciada pelo macedônio persa e propagada pelos contatos com as comunidades cristãs do Oriente, inquietavam Diocleciano, que ali divulgou a ação de propaganda persa no momento onde ele enfrentava uma assustadora guerra contra os Sassânidas. Nessas circunstâncias, o cristianismo parece para ele como uma força subversiva ao qual lhe cabia expurgar do Estado. Existiram mártires, mas muitos cristãos, entre eles os padres, se dobraram diante da violência das perseguições e apostasiaram. Tendo os membros mais intransigentes da comunidade cristã julgado severamente essa atitude, seguiu-se uma crise, que acarreta no nascimento de um cisma, o donatismo. Mais as perseguições, contrariamente às previsões de Diocleciano, culminam em um fracasso total, e pouco depois a paz foi selada entre a Igreja e o Estado romano.

De fato, pelo édito de Milão de 313, Constantino proclama a liberdade do culto e restitui aos cristãos os bens que lhes foram confiscados. Ele inaugura assim uma política de tolerância que vai se mostrar cada vez mais favorável ao cristianismo, interrompida apenas brevemente, sob o reinado de Juliano (361-363), uma violenta e efêmera reação do paganismo. As autoridades imperiais tinham entendido que, daquele momento em diante, elas tinham interesse em usar a seu favor esse novo poder que na qual se configurava o cristianismo e em fazer dele um elemento de coesão e unidade do Império. A Igreja havia triunfado. Ela tinha praticamente se tornado uma engrenagem do estado, beneficiada com a proteção do imperador e podendo desenvolver livremente seu próprio poder. Mas o imperador, que se considerava como o verdadeiro líder do povo cristão, se reservava o direito de intervir igualmente no domínio espiritual, e em particular naquela querela religiosa mais delicada que acabou por estremecer a África, o cisma donatista.

O donatismo nasceu da intransigência manifestada por certos adeptos da nova religião no que diz respeito àquilo a que foram submetidos durante as perseguições de Diocleciano. O bispo de Cartago, Mensurius, e seu sucessor, Caecilius, figuram entre esses últimos. Um concílio de bispos númidas reunidos em Cartago decreta a deposição de Caecilius e elege um novo bispo a quem sucede, pouco tempo depois, Donatus, que dá o seu nome ao cisma. Caecilius se recusou a reconhecer a decisão do concílio, e uma crise religiosa opõe duas Igrejas, que se enfrentaram durante quase um século. A intervenção do Estado no conflito não fez mais do que atizar o ódio mútuo. Constantino convoca um concílio, que condena os cismas acusados de ameaçarem a unidade da Igreja e de perturbar a ordem pública.

Durante cinco anos, os donatistas se submeteram a uma perseguição sangrenta. Foi necessário esperar o ano 321 para ver Constantino promulgar um édito de tolerância. Mas essa repressão exasperou os antagonismos internos do cristianismo africano. O catolicismo, transformado em religião oficial, saía dos grupos de perseguidos para ingressar naquele dos perseguidores.

Doravante e até o final do século IV, os episódios de perseguição se alternaram com períodos de calma mais ou menos longos. Entre 321 e 347, a tolerância instaurada por Constantino permite ao donatismo ganhar terreno, consolidando sua organização e se equipando com inúmeras igrejas. Mas em 347, inquieto com esses avanços que radicalizaram as divisões internas da comunidade cristã, Constantino decidiu reagir. Uma repressão violenta atinge os donatistas, de quem confiscaram as igrejas, dispersaram os clérigos e os perseguiram os adeptos. Além disso, a uma curta mas virulenta reação do paganismo se junta a hostilidade do imperador Juliano no que diz respeito à Igreja (361-363), provocando uma postura favorável aos donatistas, que puderam recuperar suas igrejas, sua liberdade de culto e obtiveram o retorno de seus exilados. Eles se aproveitam dessa situação para recrutar ativamente nos meios rurais e conquistarem o apoio dos príncipes berberes, em guerra contra Roma. A derrota de Gildon, e a dura repressão que se segue, não poupa os donatistas. O bispo Optat, de Thamugadi, que tinha a ajuda dos seus conselheiros e o apoio do líder rebelde, morreu na prisão e foi honrado como um mártir.

As querelas religiosas não se militaram à esse antagonismo entre católicos e donatistas. A África tinha conhecido todas as heresias que estremeceram o Império nos séculos III e IV. O donatismo por sua vez não demora a ser dividido: um movimento maximianista, nome tomado do bispo Maximianus, se desenvolve no território, principalmente na Bizacena e na Tripolitânia. Havia cidades que contavam com três bispos ou mais, e cerca de trezentas outras cidades que, no início do século V, possuíam pelo menos dois bispos. Divergências de interesse, rivalidades e antagonismos opunham todos esses dignatários assim como seus fiéis. Assim, as autoridades imperiais, a Igreja católica e grande parte da aristocracia local reagiram no sentido de reestabelecer a unidade religiosa. Em 405, a pedido de um concílio cartaginês, o imperador Honorius decretou o donatismo, que não era mais do que um cisma, como uma heresia e o declara fora da lei. A repressão, apoiada pelos católicos, recai novamente sobre os donatistas, tão terrível que as conversões

se operam em massa para cidades inteiras. Até mesmo os “circoncellions”, trabalhadores agrícolas que “rodavam com inveja em volta de celeiros repletos de senadores” (Charles Saumagne) e que estavam entre os mais radicais, se reuniram com os grupos de católicos. As perseguições foram tão implacáveis que o próprio Santo Agostinho, então bispo de Hipona (Bône-Annaba na Argélia) se comove e denuncia os excessos ao proconsul.

O donatismo foi considerado um movimento anti-urbano e anti-ricos que tomou a forma de um nacionalismo anti-romano e de uma luta de classes. Com efeito, esse movimento reunia tanto cidadãos quanto rurais, tanto pobres como notáveis, e também senadores. Atualmente, ele aparece mais como um tipo de “fundamentalismo sem programa político” ou uma “forma superficial de religiosidade” (Claude Lepelley). Como se consideravam os únicos detentores da autenticidade cristã, os donatistas rebatizaram os cristãos de outras Igrejas que ingressavam no seu grupo.

No início do século V, o catolicismo acaba por absorver o donatismo. A conferência contraditória de Cartago, em 411, consagra seu triunfo. A personalidade forte de Santo Agostinho e sua força de persuasão contribuíram bastante para isso e a autoridade imperial intervém para dissolver à força o cisma da Igreja. Por outro lado, a introdução da vida monástica, igualmente devido à iniciativa de Santo Agostinho, foi capaz de satisfazer as consciências mais exigentes por aceitar o compromisso com os contingentes seculares.

A dramática querela que despedaça a cristandade africana durante todo o século IV deixa traços profundos no território, tanto no plano religioso quanto político. Muitos historiadores vêem nisso uma das causas do abandono do cristianismo alguns séculos mais tarde. Mas nesse intervalo, ela contribui incontestavelmente para o mal-estar geral que pesava sobre a África às vésperas da invasão vândala.

Não tendo sofrido invasões diretamente até esse momento, nem tendo passado por graves insurreições interiores, a região pôde conservar uma prosperidade real até a queda de Roma. Contudo, com a violência dos conflitos religiosos e as desordens nascidas da ambição de certos chefes berberes como Firmus e Gildon, ou causadas pelas tentativas de usurpação do poder por altos funcionários imperiais como Dominus Alexander e Boniface, e junto com eles um descontentamento latente e profundo devido à opressão fiscal.

Ao mesmo tempo se fazia sentir uma tendência ao separatismo, reflexo do fenômeno de desagregação interna que ocorreu no império do Ocidente no ápice das invasões múltiplas, das quais se defendia de forma cada vez pior. Burocrática e exigente, a administração imperial suscita resistências que os chefes rebeldes se esforçam em aproveitar. Mas, pela falta de uma unidade berbere e de movimentos de liberação organizados e coerentes, eles não conseguem dominá-la. Não foram as populações autóctones, romanizadas ou não, que suplantaram Roma, mas sim os Vândalos.